

Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo
Observatório da Inovação e Competitividade
Núcleo Jurídico

- Chamada para artigo -
Caderno nº 3 – Soluções Jurídicas para a Inovação

Apresentação

Por meio desta Chamada, o Núcleo Jurídico do Observatório da Inovação e Competitividade (OIC) do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP) convoca as interessadas e os interessados a participarem do terceiro número do seu *Cadernos de Direito e Inovação*, destinado ao exame jurídico de iniciativas envolvendo atores públicos e privados na área de ciência, tecnologia e inovação.

Objetivo:

O *Caderno nº 3 – Soluções Jurídicas para a Inovação* pretende abordar aplicações de sucesso da legislação brasileira de inovação.

Esta Chamada tem por objetivo mobilizar pesquisadores e profissionais com experiência na área para apresentarem casos de sucesso na aplicação e/ou interpretação da legislação brasileira de inovação, em especial, mas não exclusivamente, nos temas de atuação mais complexos, tais como: relação universidade pública-empresa, atração de empresas privadas em parques tecnológicos e outros ambientes promotores de inovação, participação financeira de pesquisadores públicos nos retornos da inovação; projetos de pesquisa público-privados, compras públicas para a inovação (por exemplo, de insumos para pesquisa e encomendas tecnológicas), experiências com reembolso de custos; incentivos tributários; ou construção de novos modelos jurídico-societários para parcerias voltadas à inovação.

Espera-se que os pesquisadores e profissionais interessados nesta Chamada apresentem um caso concreto em que a legislação brasileira de inovação tenha sido utilizada com sucesso, como alternativa a outras normas do Direito brasileiro. Por sucesso, entende-se a construção jurídica que tornou viável o projeto e não necessariamente os impactos socioeconômicos positivos que este tenha alcançado.

Além de explorar um caso concreto, as autoras e autores devem discutir e analisar os desafios encontrados no transcorrer da solução jurídica utilizada, avaliando a necessidade de alterações na legislação empregada e, em caso positivo, propondo recomendações nesse sentido.

Assim, pretende-se reunir análises aplicadas que possam servir de guia a outras iniciativas no âmbito da Administração Pública brasileira e informar a sociedade, sobretudo o setor produtivo, das soluções jurídicas inovadoras já adotadas, estimulando a ocorrência de novos produtos, processos e serviços.

O objetivo maior deste trabalho é o de divulgar a legislação pertinente à inovação, harmonizar interpretações normativas e, sobretudo, garantir a aplicação da lei com o máximo de segurança jurídica possível.

Etapas do projeto de pesquisa:

As interessadas e interessados em participar do projeto de pesquisa deverão organizar-se para desenvolverem suas atividades em três etapas de pesquisa.

1º Etapa: Procedimento de manifestação de interesse:

Na primeira etapa, as interessadas e os interessados deverão preencher “Formulário Eletrônico de Interesse e Escolha do Caso”, disponível em <<https://forms.gle/eEmewMpXPNa2tBq96>>, no qual deverão indicar:

- a. pesquisadoras e pesquisadores participantes;
- b. breve relato do caso a ser analisado de no máximo 200 palavras, explorando, conforme o caso, específicos objetivos, metodologia e resultados; e
- c. o elemento jurídico que orientará a avaliação, podendo este ser qualquer exteriorização individual e concreta do Direito, como um ato regulamentar, um ato

(por exemplo, um Edital), um contrato ou uma decisão em sede de controle da Administração Pública.

Cientes das manifestações de interesse recebidas, a organização do *Caderno* apresentará a lista dos casos selecionados e das pesquisadoras e dos pesquisadores participantes do projeto, para início da segunda etapa da pesquisa.

2º Etapa: Desenvolvimento da pesquisa

Nesta etapa, as interessadas e interessados deverão desenvolver suas análises, de modo a responder às seguintes perguntas gerais:

Qual foi a construção, entendimento ou instrumento jurídico relativo à legislação brasileira de inovação empregado para viabilizar o caso sob análise e quais foram os desafios encontrados na aplicação de tal instrumento?

Além de responder a essa pergunta geral, os trabalhos deverão incluir relato detalhado do caso analisado e desenvolver a pesquisa a partir do elemento jurídico selecionado.

Espera-se que o relato seja construído de forma a permitir que outros atores (públicos ou privados) possam aplicar a mesma solução jurídica em casos semelhantes.

Quanto às regras de formatação, os trabalhos deverão observar o:

1. o máximo de 20 páginas;
2. a letra: Arial (corpo do texto e eventuais notas de rodapé);
3. o tamanho 12 no corpo do texto e 10 na nota de rodapé;
4. o espaçamento do texto de “Múltiplos” em “1,15 pt”, sem espaçamento antes ou depois e sem recuo;
5. o formato ABNT, Sistema AUTOR-DATA (ref. *Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP*, 3ª ed., disponível em <http://dx.doi.org/10.11606/9788573140606>), para as eventuais referências bibliográficas indicadas no corpo do texto.

Ademais, no desenvolvimento da segunda etapa, pede-se aos participantes interessados que:

- i. utilizem linguagem acessível a um público não jurídico;
- ii. parafraseiem o conteúdo de normas jurídicas, privilegiando a reprodução integral dessas em notas de rodapé;
- iii. evitem, na medida do possível, referências à doutrina jurídica sem direta relação com o caso examinado e não relacionem bibliografia que tenha sido apenas objeto de consulta;
- iv. dotem a terceira pessoa do singular.

3º Etapa: Revisão recíproca.

Nesta etapa, os trabalhos serão enviados à coordenação do *Caderno*, que se encarregará de uma primeira revisão das análises a fim de conferir unidade a todos os trabalhos entregues, especialmente, em termos de referências normativas, siglas, bibliografia.

Ainda com o objetivo de reforçar a coerência interna dos trabalhos, a coordenação poderá solicitar que as pesquisadoras e pesquisadores participem de revisões recíprocas de outros trabalhos. Por meio dessas revisões recíprocas, espera-se que os participantes do projeto de pesquisa, além de atuarem ativamente na construção do produto final, possam trocar informações e experiências.

Ao final da revisão recíproca, caberá à coordenação do *Caderno* consolidar a versão final dos trabalhos e organizar a publicação final.

A etapa de revisão recíproca compreenderá as seguintes atividades:

- revisão inicial pelos autores e autoras, ante as considerações realizadas pela coordenação, com prazo de 15 (quinze) dias de retorno;
- organização em 5 (cinco) dias pela coordenação do retorno realizado pelos autores e autoras da revisão inicial e envio dos trabalhos para revisão recíproca;
- realização da revisão recíproca pelas autoras e autores, durante o período de 40 (quarenta) dias, devendo os grupos criados pela coordenação se organizarem, para a realização das revisões dos trabalhos em tempo hábil para que os autores e autoras possam encaminhar versão final dos seus trabalhos à coordenação no prazo final estabelecido nesta Chamada.

Prazos:

11/06/2019 – *Lançamento e início da divulgação da chamada de pesquisa;*

16/08/2019 – *Prazo final para o envio da manifestação de interesse à coordenação do Caderno;*

31/09/2019 – *Divulgação da lista dos casos selecionados e das pesquisadoras e dos pesquisadores participantes do projeto no site do OIC/IEA-USP (<http://oic.nap.usp.br/>);*

15/01/2020 – *Prazo final para o envio dos trabalhos aos coordenadores do Caderno pelo e-mail caderno3.nj.oic@gmail.com;*

01/03/2020 – *Prazo final para o retorno da coordenação do Caderno e início da etapa de revisão recíproca dos trabalhos;*

01/04/2020 – *Término da etapa de revisão recíproca com o envio pelas pesquisadoras e pesquisadores da versão final dos trabalhos à coordenação do Caderno;*

Junho de 2020 (Previsão) – *Publicação do Caderno e realização de seminário*

Observações gerais:

- Os participantes do projeto poderão elaborar os seus artigos individualmente ou em grupos, não havendo limites de interessados por caso analisado;
- As interessadas e os interessados poderão apresentar proposta para exame de até 2 (dois) casos distintos;

Produto:

As análises realizadas serão organizadas sob a forma de um *e-book*, a ser lançado em evento público no IEA-USP ou outro local que venha a conferir visibilidade aos resultados do projeto de pesquisa. A publicação em formato *e-book* ficará disponível gratuitamente no site do IEA-USP.

Colaboração:

A participação no projeto é voluntária, sendo as(os) pesquisadoras(es) interessadas(os) considerados membros colaboradores do Núcleo Jurídico do OIC/IEA-USP, nos termos do seu Regimento Interno.

Coordenação:

O projeto de pesquisa é coordenado pelos membros do Núcleo Jurídico do OIC/IEA-USP: André Tortato Rauen, Ph.D, Carolina Mota Mourão, MSc, e Vítor Monteiro, MSc.